



CEMAI

*Câmara Especializada em
Mediação & Arbitragem Imobiliária*

REGULAMENTO PARA ARBITRAGEM PELO RITO ORDINÁRIO DA CÂMARA ESPECIALIZADA EM MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM IMOBILIÁRIA - CEMAI

CAPÍTULO I - DA CEMAI

ARTIGO 1 - SUJEIÇÃO AO PRESENTE REGULAMENTO

1.1. As partes que resolverem submeter determinada controvérsia à CÂMARA ESPECIALIZADA EM MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM IMOBILIÁRIA - CEMAI, devem obrigatoriamente seguir todas as disposições deste Regulamento.

1.2. Qualquer alteração ao presente Regulamento, que tenha sido deliberadamente acordada pelas partes em seus respectivos procedimentos, só terá aplicação ao caso específico e desde que não altere as previsões regulamentares sobre a organização e condução administrativas dos trabalhos da CEMAI.

ARTIGO 2 - OBJETO E COMPOSIÇÃO DA CEMAI

2.1. A CEMAI funcionará sob absoluta sujeição ao seu estatuto social e as arbitragens sob a sua responsabilidade serão sempre vinculadas a este regulamento, sendo as matérias processuais não constantes submetidas, subsidiariamente, às regras do Código de Processo Civil Brasileiro.

2.2. O escopo da CEMAI é administrar os procedimentos de arbitragem, mediação, além de outros métodos de solução de conflitos que lhe forem submetidos pelos interessados, independentemente de nacionalidade, domicílio ou origem, praticando os atos e serviços descritos neste Regulamento.

ARTIGO 3 - CORPO DE ÁRBITROS

3.1. O Corpo de Árbitros é formado por profissionais domiciliados no país, de ilibada reputação e de notável e comprovado conhecimento em direito imobiliário, indicados pelo Vice-Presidente de Arbitragem e nomeados pelo Presidente da CEMAI.

CAPÍTULO II - DO PROCEDIMENTO ARBITRAL

ARTIGO 4 - INSTITUIÇÃO DA ARBITRAGEM

4.1. A parte que desejar instituir arbitragem notificará a CEMAI, mediante protocolo, carta registrada ou meio eletrônico, certificando-se que a Secretaria da CEMAI recebeu o documento, o qual deverá constar:

- (a) A cópia do documento que instituiu a convenção de arbitragem, prevendo a competência da CEMAI para tutelar o procedimento;
- (b) comprovante de residência atualizado e endereço eletrônico (e-mail e WhatsApp) para futuras comunicações, notificações, intimações;
- (c) procuração de eventual patrono devidamente constituído, com indicação de endereço eletrônico (e-mail e WhatsApp) para futuras comunicações, notificações, intimações;
- (d) indicação resumida da matéria que será objeto da arbitragem;
- (e) valor estimado do conflito;
- (f) nome e qualificação completa das partes envolvidas na arbitragem.



CEMAI

Câmara Especializada em
Mediação & Arbitragem Imobiliária

4.2. A secretaria, confirmando o recebimento da notificação, remeterá imediatamente as instruções iniciais para a constituição da arbitragem, bem como informará sobre a necessidade de recolhimento da **TAXA DE REGISTRO**, a ser antecipada conforme disposto no artigo 12.5 deste Regulamento e Tabela de Custas atualizada.

4.3. Realizado o recolhimento, a Secretaria da CEMAI enviará notificação à(s) parte(s) adversa(s) contendo a cópia dos documentos que a instruem o procedimento inicial, apontando resumidamente a matéria objeto da(s) pretensão(ões) e o seu respectivo valor, bem como eventuais informações sobre sede, idioma, lei ou normas jurídicas aplicáveis à arbitragem, caso haja previsibilidade fixada em cláusula contratual própria.

4.4. A Secretaria da CEMAI enviará para as partes cópia deste Regulamento, do Código de Ética e a relação dos nomes que integram o Corpo de Árbitros, convidando-as para que, no prazo de 05 (cinco) dias, indiquem, cada qual, 1 (um) árbitro.

4.4.1. As partes não poderão indicar árbitros que não integrem o CORPO DE ÁRBITROS do CEMAI.

4.4.2. Havendo coincidência quanto ao árbitro escolhido, a secretaria disponibilizará novo prazo 3 dias para aquele que apresentou a sua escolha por último possa realizar nova escolha.

4.4.3. O presidente do Tribunal Arbitral será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas partes dentre os membros do Quadro de Árbitros da Câmara. Os nomes indicados serão submetidos à aprovação do Presidente da Câmara.

4.5. Os árbitros aprovados serão instados a manifestar sua aceitação e a firmar o TERMO DE INDEPENDÊNCIA/REVELAÇÃO/SIGILO, com o que se considera iniciado o procedimento arbitral. 4.6. A Secretaria, no prazo de 10 (dez) dias úteis do recebimento da aprovação dos árbitros, notificará as partes para a elaboração do TERMO DE ARBITRAGEM.

4.7. Se qualquer das partes deixar de indicar árbitro no prazo estabelecido, o Presidente da Câmara fará a nomeação. Caber-lhe-á, igualmente, indicar, preferencialmente dentre os membros do Quadro de Árbitros da Câmara, o árbitro que funcionará como Presidente do Tribunal Arbitral, na falta de indicação.

4.8. O Tribunal Arbitral será composto por 3 (três) árbitros, podendo as partes acordar que o litígio seja dirimido por árbitro único, por elas indicado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Decorrido esse prazo sem indicação, este será designado pelo Presidente da Câmara, preferencialmente dentre os membros do Quadro de Árbitros. A instituição da arbitragem por árbitro único obedecerá ao mesmo procedimento previsto neste Regulamento para as arbitragens com três árbitros (Tribunal Arbitral).

4.9. No caso de arbitragem com múltiplas partes, não havendo consenso sobre a forma de indicação de árbitro, o Presidente da CEMAI deverá nomear todos os membros do Tribunal Arbitral, indicando um deles para atuar como presidente.

4.10. As partes firmarão o **Termo de Arbitragem** juntamente com os árbitros, representante da CEMAI e duas testemunhas.

4.11. O **Termo de Arbitragem** conterá:

(a) nome e qualificação completa das partes (inclusive, com a juntada de comprovante de residência atualizado e indicação de endereço eletrônico [e-mail e WhatsApp] para futuras comunicações, notificações, intimações);

(b) nome, profissão e domicílio do árbitro, ou dos árbitros;

(c) sede da arbitragem;

(d) matéria que será objeto da arbitragem

(e) local em que será proferida a sentença arbitral;

(f) autorização para que o árbitro ou os árbitros julguem por equidade, se assim for convencionado pelas partes;

(g) idioma em que será conduzida a arbitragem;

h) indicação da lei nacional ou das regras corporativas aplicáveis à arbitragem, quando assim convencionarem as partes;



CEMAI

*Câmara Especializada em
Mediação & Arbitragem Imobiliária*

(i) declaração da responsabilidade pelo pagamento dos honorários dos árbitros e de eventuais peritos e das despesas com a arbitragem;

(j) fixação dos honorários do árbitro, ou dos árbitros.

4.12. A ausência de qualquer das partes regularmente convocadas para a reunião inicial, ou a sua recusa em assinar o Termo de Arbitragem, não impedirá o normal seguimento da arbitragem.

4.13. Caso seja submetido pedido de instituição de arbitragem que possua o mesmo objeto ou mesma causa de pedir de arbitragem em curso na própria CEMAI ou se entre ambas houver identidade de partes e causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras, o Presidente da CEMAI poderá, a pedido das partes, até a assinatura do Termo de Arbitragem, determinar a reunião dos procedimentos.

4.14. Após a assinatura do Termo de Arbitragem, as partes não poderão formular novas pretensões, salvo se aprovado pelo Tribunal Arbitral.

ARTIGO 5 - TRIBUNAL ARBITRAL

5.1. Não pode ser nomeado árbitro aquele que:

(a) for parte do litígio;

(b) tenha participado na solução do litígio, como mandatário judicial de uma das partes, prestado depoimento como testemunha, funcionado como perito, ou apresentado parecer;

(c) for cônjuge, parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de uma das partes;

(d) for cônjuge, parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até segundo grau, do advogado ou procurador de uma das partes;

(e) participar de órgão de direção ou administração de pessoa jurídica parte do litígio ou que seja acionista ou sócio;

(f) for amigo íntimo ou inimigo de uma das partes ou de seus procuradores;

(g) for credor ou devedor de uma das partes ou de seu cônjuge, ou ainda de parentes, em linha reta ou colateral, até terceiro grau;

(h) for herdeiro presuntivo, donatário, empregador, empregado de uma das partes;

(i) aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou fornecer recursos para atender às despesas do processo;

(j) for interessado, direta ou indiretamente, no julgamento da causa, em favor de uma das partes;

(k) ter atuado como mediador ou conciliador, na controvérsia, antes da instituição da arbitragem, salvo expressa concordância das partes;

(l) tenha interesse econômico relacionado com qualquer das partes ou seus advogados, salvo por expressa concordância das mesmas.

5.2. Compete ao Árbitro declarar, a qualquer momento, seu eventual impedimento e recusar sua nomeação, ou apresentar renúncia.

5.3. Se, no curso do procedimento, sobrevier alguma das causas de impedimento, assim como se algum dos árbitros morrer ou se tornar incapaz, será ele substituído por outro, indicado pela mesma parte no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir de sua ciência inequívoca acerca da superveniente exclusão. Caso a substituição seja do Presidente do Tribunal Arbitral, a indicação do novo será realizada pelos demais árbitros. Em ambos os casos, na omissão destes, a indicação será realizada pelo Presidente da CEMAI.

5.4. Os árbitros, quando no exercício de suas funções ou em razão delas, ficam equiparados aos funcionários públicos, para os efeitos da legislação penal.



CEMAI

*Câmara Especializada em
Mediação & Arbitragem Imobiliária*

5.5. O árbitro é juiz de fato e de direito, e a sentença que proferir não fica sujeita a recurso ou a homologação pelo Poder Judiciário.

ARTIGO 6 - NOTIFICAÇÕES E PRAZOS

6.1. Salvo disposição expressa em contrário, todas as comunicações, notificações ou intimações de atos procedimentais serão feitas na pessoa dos procuradores nomeados pelas partes, nos endereços eletrônicos por eles previamente indicados.

6.2. Todo e qualquer documento endereçado ao Tribunal Arbitral será enviado à Secretaria da CEMAI.

6.3. Na ausência de prazo estipulado por este Regulamento ou fixado pelo Tribunal Arbitral, será considerado o prazo de 5 (cinco) dias úteis.

6.4. Os prazos constantes deste regulamento serão sempre contados em dias úteis, excluindo-se o dia do recebimento da notificação e incluindo-se o do vencimento.

6.5. Considera-se prorrogado o prazo até o dia útil subsequente, se o vencimento ocorrer em dia em que não houver expediente na CEMAI.

ARTIGO 7 – PROCEDIMENTO

7.1. Considera-se instituída a arbitragem com a nomeação dos árbitros, quando a Secretaria da CEMAI notificará as partes a comparecer em reunião estabelecida com a finalidade de assinatura do Termo de Arbitragem.

7.1.1. O Termo de Arbitragem poderá fixar calendário para todo o procedimento, estabelecido de comum acordo entre os árbitros nomeados.

7.2. As alegações iniciais serão apresentadas no prazo em que for acordado pelas partes ou, na falta, pelo prazo definido pelo Presidente do Tribunal Arbitral.

7.3. A Secretaria da CEMAI, nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes ao recebimento das alegações iniciais das partes, remeterá cópia das mesmas para os árbitros e para as partes, sendo que estas apresentarão suas respostas, no prazo de 20 (vinte) dias, salvo se outro prazo for fixado no Termo de Arbitragem.

7.3.1. Poderão ser apresentadas réplicas e trélicas, a critério das partes, na forma e nos prazos definidos pelo Presidente do Tribunal Arbitral.

7.4. No prazo de 10 (dez) dias do recebimento da última das manifestações das partes, o Tribunal Arbitral avaliará o estado do processo, determinando, se julgar necessária, a produção de provas.

7.4.1. Caberá ao Tribunal Arbitral deferir e estabelecer as provas que considerar úteis, necessárias e adequadas, segundo a forma e a ordem que entender convenientes ao caso concreto.

7.5. O procedimento prosseguirá na ausência de qualquer das partes, desde que esta, devidamente notificada, deixe de dele participar.

7.5.1. A sentença arbitral não poderá fundar-se exclusivamente na revelia da parte.

7.5.2. A revelia não produzirá efeito se:

(a) havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação;

(b) a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato;

(c) as alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.

7.6. Os aspectos de natureza técnica envolvidos no procedimento arbitral poderão ser objeto de perícia ou esclarecimentos prestados por especialistas indicados pelas partes, os quais poderão ser convocados para prestar depoimento em audiência, conforme determinar o Tribunal Arbitral.



CEMAI

*Câmara Especializada em
Mediação & Arbitragem Imobiliária*

7.7. Encerrada a instrução, o Tribunal Arbitral abrirá prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de alegações finais pelas partes.

7.8. O Tribunal Arbitral adotará as medidas necessárias e convenientes para o correto desenvolvimento do procedimento, observados os princípios da ampla defesa, do contraditório e da igualdade de tratamento das partes.

7.9. Todas as manifestações, petições e documentos deverão ser enviados eletronicamente (consideram-se idênticos aos originais, sob responsabilidade do emissor da mensagem eletrônica), sendo permitido o uso de links de transferência ou arquivos em formato .ZIP quando necessário, em razão do volume de dados. Haverá a realização telemática dos atos processuais, inclusive audiências e reuniões, por conferência telefônica ou por videoconferência através de plataformas (Por Exemplo: Microsoft Teams, Zoom, Google Hangouts, entre outros). O prazo das Partes se iniciará no primeiro dia útil subsequente ao envio da notificação da mensagem eletrônica. É de responsabilidade das Partes a verificação dos seus respectivos correios eletrônicos para acompanhamento do recebimento de mensagens e comunicações expedidas pela Câmara, pelo Árbitro ou Tribunal Arbitral e pelas outras Partes. Nas audiências virtuais/remotas/por videoconferência, o Árbitro Único/Tribunal Arbitral poderá solicitar aos Participantes que exibam o ambiente físico em que se encontram (rotação 360º), para que seja possível verificar e confirmar as pessoas presentes no local. Todos aqueles que participam da audiência, inclusive como partes, árbitros, advogados, testemunhas, perito, assistente técnico, se comprometem a manter a confidencialidade da audiência, compromisso esse que vincula a todos os Participantes. A audiência somente poderá ser gravada pelos participantes em caso de autorização prévia do Árbitro Único/Tribunal Arbitral, obrigando-se a quem gravar a manter o sigilo da gravação.

ARTIGO 8 - MEDIDAS DE URGÊNCIA

8.1. Havendo urgência, as partes, quando ainda não instituído o Tribunal Arbitral, poderão requerer medidas cautelares ou antecipatórias à autoridade judicial competente, se outra forma não houver sido expressamente estipulada por elas. Em casos tais, a parte deverá dar ciência à CEMAI em até cinco dias do eventual deferimento do provimento judicial.

8.2. Assim que instituído o Tribunal Arbitral, caberá a ele manter, modificar ou revogar a medida concedida anteriormente pelo Poder Judiciário.

8.3. O requerimento feito por uma das partes a uma autoridade judicial em busca de providências assecuratórias não será considerado como infração ou renúncia à convenção de arbitragem e não afetarão a competência do Tribunal Arbitral.

ARTIGO 9 - SEDE, DIREITO APLICÁVEL E IDIOMA

9.1. As arbitragens poderão ser sediadas em qualquer localidade do Brasil ou no exterior.

9.2. Se as partes não tiverem indicado a sede da arbitragem; se não houver consenso sobre ela ou se a designação for incompleta ou obscura, o Presidente da CEMAI poderá, caso seja necessário, determiná-la em caráter provisório, cabendo ao Tribunal Arbitral, uma vez instalado, a decisão em definitivo sobre a sede da arbitragem, após ouvidas as partes.

9.3. Os atos do procedimento arbitral poderão ocorrer em local diverso ao da sede, a critério do Tribunal Arbitral.

9.4. As partes poderão escolher as regras de direito a serem aplicadas pelo Tribunal Arbitral para a solução da disputa. Em caso de omissão ou divergência, caberá ao Tribunal Arbitral decidir sobre essa questão.

9.4.1. A permissão para que o Tribunal julgue por equidade deve ser expressa, seja na convenção arbitral, seja no Termo de Arbitragem.



CEMAI

*Câmara Especializada em
Mediação & Arbitragem Imobiliária*

9.5. A arbitragem será conduzida no idioma convencionado pelas Partes.

9.5.1. Inexistindo acordo, o Tribunal Arbitral escolherá o idioma considerando todas as circunstâncias relevantes, inclusive o contrato.

ARTIGO 10 - SENTENÇA ARBITRAL

10.1. O Tribunal Arbitral proferirá a sentença arbitral no prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento, pelos árbitros, das alegações finais apresentadas pelas partes (ou da certificação sobre o decurso do referido prazo), salvo se outro for fixado no Termo de Arbitragem ou previamente acordado com as partes.

10.1.1. O prazo do artigo anterior poderá ser dilatado por até 30 (trinta dias), a critério do Presidente do Tribunal Arbitral.

10.2. A sentença arbitral poderá ser parcial ou final.

10.2.1. No caso de sentença parcial, o Tribunal Arbitral indicará as etapas processuais posteriores, necessárias para a elaboração da sentença final.

10.3. Nos casos de Tribunal Arbitral, a respectiva sentença será proferida por consenso, sempre que possível e, se inviável, por maioria de votos, cabendo a cada árbitro, inclusive ao Presidente do Tribunal Arbitral, um voto. Se não houver acordo majoritário, prevalecerá o voto do Presidente do Tribunal.

10.3.2. A sentença arbitral será reduzida por escrito pelo Presidente do Tribunal Arbitral e assinada por todos os árbitros. Caberá ao Presidente do Tribunal Arbitral, na hipótese de um ou alguns dos árbitros não assinarem a sentença, deixar nela consignado tal fato.

10.3.3. O árbitro que divergir da maioria poderá fundamentar seu voto vencido, que constará da sentença arbitral.

10.4. A sentença arbitral conterá, necessariamente:

(a) relatório, com o nome das partes e um resumo do litígio;

(b) os fundamentos da decisão, que disporá quanto às questões de fato e de direito, com declaração expressa, quando for o caso, de ter sido proferida por equidade;

(c) o dispositivo, com todas as suas especificações e prazo para cumprimento da decisão, se for o caso;

(d) o dia, mês, ano em que foi proferida e a sede da arbitragem.

10.4.1. Da sentença constará, também, se for o caso, a responsabilidade das partes pelos custos administrativos, honorários dos árbitros, despesas e honorários advocatícios, bem como o respectivo rateio, observando, inclusive, o acordado pelas partes no Termo de Arbitragem.

10.5. Proferida a sentença arbitral final e notificadas as partes, dar-se-á por encerrada a arbitragem, salvo no caso de pedido de esclarecimentos previsto no artigo seguinte, em que a jurisdição será prorrogada até a respectiva decisão.

10.5.1. O Presidente do Tribunal Arbitral enviará as vias originais da decisão à Secretaria da CEMAI, que as encaminhará às partes.

10.6. As partes poderão, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do recebimento da sentença arbitral, requerer esclarecimentos em caso de contradição, omissão ou obscuridade, mediante petição dirigida ao Tribunal Arbitral.

10.6.1. O Tribunal Arbitral decidirá nos 10 (dez) dias seguintes contados de sua notificação sobre o pedido de esclarecimentos.

10.7. Nenhum dos árbitros, a CEMAI ou as pessoas vinculadas à Câmara, são responsáveis perante qualquer pessoa ou por quaisquer atos, fatos ou omissões relacionadas com a arbitragem.

10.8. Se, durante o procedimento arbitral, as partes transigirem, pondo fim ao litígio, o Tribunal Arbitral, a pedido das partes, homologará tal acordo mediante sentença arbitral.



CEMAI

*Câmara Especializada em
Mediação & Arbitragem Imobiliária*

10.9. A Secretaria da Câmara somente enviará a sentença às partes após a efetiva comprovação do pagamento total das custas e Honorários dos árbitros por uma ou ambas as partes, nos termos da Tabela de Custas.

ARTIGO 11 - CUMPRIMENTO DA SENTENÇA ARBITRAL

11.1. As partes ficam obrigadas a cumprir incondicionalmente a sentença arbitral, nos termos como proferida, na forma e prazos consignados, pena de, não o fazendo, responder a parte resistente pelos prejuízos causados à outra parte.

11.2. Na hipótese de descumprimento da sentença arbitral, a parte prejudicada poderá comunicar o fato à CEMAI, para que seja essa recusa divulgada a outras instituições arbitrais e às câmaras de comércio ou entidades análogas, no País e no exterior.

11.3. A CEMAI poderá fornecer, mediante solicitação por escrito de qualquer das partes ou dos árbitros, cópia dos documentos referentes ao procedimento arbitral que sejam necessários à propositura de ação judicial diretamente relacionada ao objeto da arbitragem.

11.4. Os autos do procedimento arbitral permanecerão arquivados na CEMAI pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do encerramento da arbitragem, cabendo à parte interessada solicitar, dentro do referido prazo, e às suas expensas, cópia das peças e documentos que sejam do seu interesse.

CAPÍTULO III - DAS CUSTAS E DESPESAS

ARTIGO 12 - DESPESAS DA ARBITRAGEM

12.1. A CEMAI manterá uma tabela de taxa de registro, taxa de administração e honorários de árbitros, denominada Tabela de Custas, cuja forma de aplicação e conteúdo poderão ser revistas periodicamente, por ato de deliberação da diretoria executiva.

12.2. A Taxa de Administração fixada na Tabela de Custas, não compensável ou reembolsável, será devida à CEMAI e exigida da parte requerente, a partir da data de protocolo do requerimento de instituição da arbitragem.

12.3. O cumprimento das disposições contidas na Tabela de Custas será obrigatório para as partes e para os árbitros.

12.4. Cada parte depositará na CEMAI sua quota parte do valor dos honorários dos árbitros. O referido depósito deverá ser realizado na forma definida na Tabela de Custas.

12.5. Todas as despesas que incidirem ou forem incorridas durante a arbitragem serão antecipadas pela parte que requereu a providência, ou pelas partes, igualmente, se decorrentes de providências requeridas pelo Tribunal Arbitral.

12.6. Na hipótese do não pagamento das Taxas de Administração, honorários de árbitro e peritos ou quaisquer despesas da arbitragem, será facultado a uma das partes efetuar o pagamento por conta da outra, em prazo a ser fixado pela Secretaria da CEMAI.

12.7. Caso o pagamento seja efetuado pela parte adversa, a Secretaria do CEMAI dará ciência às partes e ao Tribunal Arbitral.

12.8. Caso nenhuma das partes se disponha a efetuar o pagamento, o procedimento será suspenso.

12.9. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de suspensão por falta de pagamento, o processo será extinto, sem prejuízo do direito das partes de apresentarem requerimento para instituição de novo procedimento arbitral visando solução da controvérsia em até 60 dias, desde que recolhidos os valores pendentes.



CEMAI

*Câmara Especializada em
Mediação & Arbitragem Imobiliária*

12.10. Ultrapassado o prazo de 60 dias indicado no item acima, o processo será arquivado e, pretendendo as partes a formação de um novo procedimento arbitral, ainda que com a mesma causa de pedir, partes e pedidos, serão devidas todas as custas pertinentes a um novo procedimento.

12.11. Eventuais despesas pendentes poderão ser exigidas pela CEMAI por meio judicial ou extrajudicial e serão considerados valores líquidos e certos, a serem cobrados através de processo de execução, acrescidos de juros e correção monetária.

12.12. Os trabalhos periciais não se iniciarão antes do depósito integral de seus honorários, ainda que o pagamento aos peritos seja exigido de forma diversa.

CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 13 – INTERPRETAÇÃO

13.1. Os árbitros interpretarão e aplicarão o presente Regulamento em tudo que concerne aos seus poderes e obrigações, sendo certo que a LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996 e o Código de Processo Civil, dentre outras legislações acordadas pelas partes, serão de aplicação subsidiária.

13.2. O Código de Ética da CEMAI integra este Regulamento para todos os fins de direito, devendo subsidiar, como fonte secundária, a interpretação dos dispositivos deste Regulamento.

ARTIGO 14 – SIGILO

14.1. O procedimento arbitral é sigiloso, ressalvadas as hipóteses previstas em lei ou por acordo expresso das partes ou diante da necessidade de proteção de direito de parte envolvida na arbitragem.

14.1.1. Para fins de pesquisa e levantamentos estatísticos, a CEMAI se reserva ao direito de publicar trechos das sentenças de seus Tribunais Arbitrais, sem mencionar as partes ou permitir sua identificação.

14.2. É vedado aos membros da CEMAI, aos árbitros, aos peritos, às partes e aos demais intervenientes divulgar quaisquer informações a que tenham tido acesso em razão de ofício ou de participação no procedimento arbitral.

ARTIGO 15 – VIGÊNCIA

15. Este Regulamento entra em vigor a partir da sua aprovação em Assembleia Geral Ordinária de Fundação da CEMAI.

ARTIGO 16 – LGPD

16. A CEMAI, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, no manuseio dos dados a que tiver acesso.

Rio de Janeiro, 09 de setembro de 2021.

www.cemai.org.br

📍 Av. Presidente Vargas, 417 - 22º Andar - Centro - Rio de Janeiro

📞 (21) 3923-5800 ✉ contato@cemai.org.br



CEMAI

Câmara Especializada em
Mediação & Arbitragem Imobiliária

PRESIDENTE MAURO CESAR PIMENTEL

Vice-Presidente Executivo GABRIEL DE BRITTO SILVA

VICE-PRESIDENTE DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM CARLOS HENRIQUE DE SOUZA JUND

CONSELHEIRO FISCAL JOSE CARLOS DO NASCIMENTO JUNYOR

CONSELHEIRO FISCAL LUIZ ROBERTO SABBATO

CONSELHEIRO FISCAL ROBERTO MIRANDA NOGUEIRA JÚNIOR



www.cemai.org.br

📍 Av. Presidente Vargas, 417 - 22º Andar - Centro - Rio de Janeiro

📞 (21) 3923-5800 ✉️ contato@cemai.org.br